

A sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910

 Pedro de Oliveira Milagres¹,  Anderson da Cunha Baía²

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação (FE). Cidade Universitária Zeferino Vaz. Barão Geraldo. Campinas – SP. Brasil. ² Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Autor para correspondência/Author for correspondence: p244157@unicamp.dac.br

RESUMO. Objetivamos compreender o discurso higienista destinado aos espaços rurais e agrícolas brasileiros, em meio a ascensão do movimento de saneamento dos sertões. Para isso, realizamos a análise externa dos discursos produzidos por Belisário Pena, nas suas duas principais publicações de expressão no movimento sanitário, em articulação com ideias de Monteiro Lobato e Alberto Torres. Identificamos que a partir das expedições pelos sertões Pena caracterizou um quadro sanitário doente no interior brasileiro e o colocou em circulação, no intuito de promover um apelo messiânico pela higiene. Os discursos do higienista foram favorecidos pelos debates da intelectualidade da época, e vinculou-se ao pensamento de Torres e de Lobato para se aproximar dos espaços rurais e de produção agrícola. Quanto a Lobato, Pena exerceu influências sobre o pensamento do escritor e, em contrapartida, teve seus discursos favorecidos pelas representações de atraso dos rurais veiculados pelo debate literário. Considera-se que o discurso investido por Pena no debate higienista da década de 1910 colocou em destaque as doenças e a precariedade física dos rurais e dos trabalhadores agrícolas, e reforçou a responsabilização do Estado pela garantia da higiene o campo.

Palavras-chave: movimento sanitário, higienismo, belisário pena, sertão.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 8	e14659	10.20873/uft.rbec.e14659	2023	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



The sanitization of the farmers in the hygienics discusses in the 1910s

ABSTRACT. We aimed to understand the hygienist discourse aimed at the Brazilian rural and agricultural spaces amid the rise of the sanitation movement in the backlands. To this end, we conducted an external analysis of the discourses produced by Belisário Pena, in his two main publications of expression in the sanitation movement, in articulation with the ideas of Monteiro Lobato and Alberto Torres. Based on the expeditions through the backlands, Pena characterized a sick sanitary picture in the Brazilian countryside and put it in circulation with a messianic appeal for hygiene. The debates within the intelligentsia of the time favored the hygienist discourses, linking up with the thought of Torres and Lobato to approach the rural and agricultural production spaces. As for Lobato, Pena influenced the writer's view, and, on the other hand, his discourses were favored by the representations of rural backwardness conveyed by the literary debate. Finally, it is considered that the discourse invested by Pena highlighted the diseases and the physical precariousness of rural and agricultural workers in the hygienic debate of the 1910s, and reinforced the State's responsibility for guaranteeing hygiene in these spaces.

Keywords: sanitary movement, hygienics, belisário pena, countryside.

El saneamiento de la población rural en el discurso higienista de la década de 1910

RESUMEN. Nuestro objetivo es comprender el discurso higienista destinado a los espacios rurales y agrícolas brasileños, en auge del Movimiento Sanitario en Brasil. Para ello, realizamos un análisis externo de los discursos producidos por Belisário Pena, en sus dos principales publicaciones de expresión en el movimiento sanitario, en articulación con las ideas de Monteiro Lobato y Alberto Torres. Identificamos que a partir de las expediciones por los sertões brasileños Pena caracterizó una situación de salud enfermiza en el campo brasileño y la puso en circulación junto con un llamamiento mesiánico a la higiene. Los discursos del higienista se vieron favorecidos por debates en la intelectualidad de la época, vinculándose al pensamiento de Torres y Lobato para abordar los espacios rurales y la producción agrícola. En cuanto a Lobato, Peña ejerció influencias en el pensamiento del escritor y, por otro lado, sus discursos se vieron favorecidos por las representaciones del atraso rural que transmite el debate literario. Se considera que el discurso invertido por Peña destacó las enfermedades y precariedades físicas de los campesinos y trabajadores agrícolas en el debate higienista de la década de 1910, y reforzó la responsabilidad del Estado por garantizar la higiene en estos espacios.

Palabras clave: movimiento sanitario, higienismo, belisário pena, rural.

Introdução

O Higienismo foi um movimento médico-científico em prol da saúde das populações e da moralização da limpeza, o qual inicialmente atuou nos Estados Unidos (EUA) e em diversos países europeus, vindo a circular no Brasil entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (Gois Junior, 2003; Vigarello, 1996; Lima & Hochman, 1996; Soares, 1990). Os higienistas objetivavam o controle do meio e dos corpos, sendo que, para isso, investiu-se no combate de agentes patológicos, na medicalização das doenças e na moralização dos hábitos e costumes da população. Essas e outras estratégias se justificavam pela saúde e em favor do progresso nacional, difundindo, por meio de práticas educativas, uma nova noção higiênica de cuidado do e com o corpo (Pizolati & Alves, 2019; Gondra, 2018).

Frente ao cenário de modernização brasileira no século XX, os preceitos higiênicos circularam com mais intensidade e foram propostos como parte do processo de instrução e educação da população. Instituições educacionais foram alvo de visitas sanitárias para o controle profilático, investiu-se na responsabilização dos educadores pelo inspecionamento de alunos, disseminaram-se prescrições sobre os cuidados dos corpos, bem como exigiram-se nos currículos tempos para trabalhos manuais, ginástica e economia doméstica (Santos, 2019; Narciso, 2016; Dogliotti, 2012; Moreno & Vago, 2011; Cruz & Ramírez, 2010; Rocha, 2003). Além disso, foram colocados em circulação diversos saberes sobre higiene doméstica, cuidado dos filhos, recreação e práticas de cuidado ao ar livre (Mayboroda & Grazziotin, 2019; Salas-Huetos, Huetos-Solano & Salas-Salvadó, 2019; Jubé, 2017; Soares, 2016).

Sendo assim, os higienistas buscavam incutir preceitos higiênicos nos espaços públicos e privados, com o respaldo médico-científico, de forma a promover condutas antecipadas que evitassem o aparecimento e proliferação de males à vida e ao corpo. Calcado em uma razão prática, os agentes higienistas tinham por função não apenas higienizar o corpo, mas também propagar práticas de assepsia corporal e do meio pela formação de sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores¹ (Gondra, 2018; 2003; Gois Junior & Garcia, 2011).

Em meados da década de 1910, com os investimentos realizados em prol da campanha de saneamento dos sertões, os preceitos higienistas passaram a ser disseminados com ênfase no interior do país. Essa campanha foi mobilizada por Belisário Penna (1868-1939), um médico-higienista mineiro, natural de Barbacena/MG, que se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Ele atuou de forma intensiva na política nacional, em um viés

conservador e crítico, caracterizando-se como um combatente pela saúde pública brasileira (Santos, 2012; Castro-Santos & Figueiredo, 2012).

A campanha de saneamento dos sertões encontrou correspondência entre parte da intelectualidade da época, vindo receber contribuições de sujeitos encampados em diversos setores do debate nacional, como na literatura, por Monteiro Lobato (1882-1948)ⁱⁱ, e nas discussões político, econômico e educacionais, por Alberto Torres (1865-1917)ⁱⁱⁱ.

A partir do investimento desses e de outros sujeitos, as regiões suburbanas, as pequenas cidades e vilas, e os espaços rurais, passam a ser enfatizados no debate higienista brasileiro, inflexionando o olhar dos higienistas das regiões litorâneas e dos portos^{iv} rumo ao interior do país. Neste estudo, buscamos compreender o discurso higienista destinado aos espaços rurais e agrícolas brasileiros, em meio a ascensão do movimento de saneamento dos sertões. Tomamos como recorte a década de 1910, período atribuído pela historiografia do higienismo como momento de eclosão do Movimento Sanitarista.

O conceito de discurso é tomado em sua acepção mais restrita. Conforme Albuquerque Júnior (2021), essa acepção compreende uma peça oratória ou escrita, que é proferida a um determinado público – ouvinte ou leitor – o qual se procura cativar e convencer. Em seus diferentes tipos de produção, nos interessa aquela em que o discurso é transmitido por uma abordagem extensa e argumentada, e elabora um raciocínio sobre determinada temática (Albuquerque Júnior, 2021).

Nesta pesquisa foi assumido como eixo de investigação os discursos produzidos por Belisário Pena – apontado como um dos personagens centrais do higienismo na década de 1910 e o responsável pela campanha de saneamento dos sertões – em suas produções de grande expressão para a ascensão do movimento sanitário. Foi utilizado o relatório da expedição científica pelos estados da Bahía, Pernambuco, Piauí e Goiás – realizada em 1912 – , publicado em 1916, e a segunda edição^v do livro *Saneamento do Brasil*, que teve sua primeira edição publicada em 1918. Atentou-se à análise externa do discurso. Segundo Albuquerque Júnior (2021), nessa abordagem deve-se explorar as condições históricas de possibilidade do discurso, situando-o em um dado tempo, e as ligações com aquilo que o margeia.

Assim, o *corpus documental* foi composto, além do relatório de expedição e da obra de Belisário Pena, por documentos que se articulavam ao discurso do higienista. Utilizou-se obras de Monteiro Lobato e de Alberto Torres, que possibilitaram a aproximação das ideias

do higienista com os espaços rurais e agrícolas, alimentando sua emergência. A saber: de Monteiro Lobato o livro *O problema vital*, na 7ª edição (de 1956, a primeira publicada em 1918); de Alberto Torres os livros *Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, na 3ª edição (de 1933, a primeira publicada em 1914), e *A organização Nacional*, na 4ª edição (de 1982, a primeira publicada em 1914).

Os livros, aqui tomados como fonte de discursos que fundam seu próprio objeto em determinado tempo histórico (Albuquerque Júnior, 2021), funcionaram na produção de determinadas realidades. Conforme Cândido (2000), seu texto – ou discurso – estabelece uma função dialética com o contexto, tendo a sociedade uma função estruturante. Assim, essas obras expressam realidades radicadas no autor que, mais do que transmissão de conceitos e noções, buscam exercer determinada função^{vi} (Candido, 2000). Todavia, cabe frisar que nesse estudo nos detivemos mais na função do discurso do que na relação dialética do texto e do contexto.

Desta feita, o texto foi organizado em duas partes. Num primeiro momento, apontamos as investidas médico-higiênicas feitas por Belisário Pena e que possibilitaram a eclosão das ideias sanitaristas. Num segundo momento, enfatizamos a articulação dos discursos produzidos por Belisário Pena com outros intelectuais da época, de forma a promover uma mobilização visando os espaços rurais. Por fim, num terceiro momento, tecemos considerações finais.

Emergência do saneamento dos sertões: as contribuições de Belisário Pena para uma mobilização nacional

Nas primeiras décadas do século XX, o território brasileiro esteve caracterizado pela disseminação de epidemias e endemias que assolavam o país, tendo sido palco de um conjunto de práticas encampadas pelos higienistas. Conforme Ferreira (2001), as primeiras investidas do poder médico-higiênico ocorreram desde o início do século XIX, a fim de compreender as doenças tropicais. Interpretações advindas do clima e da condição racial brasileira fizeram parte das investigações, e caracterizaram o país como um território de vasto ambiente natural e passível de ser civilizado (Ferreira, 2001).

Em meados do século XIX, com a chegada das epidemias de peste, cólera e febre amarela — que antes afligiram os continentes da Europa e da Ásia, além da América do Norte —, houve uma progressiva intensificação das ações sanitárias para o controle das doenças.

Assim, enquanto na primeira metade do século XIX o Brasil sobressaía em termos de salubridade, posteriormente, no início do século XX, o país foi marcado por grandes surtos epidêmicos — e mortes — que se apresentaram ao longo de todo território e das mais diferentes formas (Fonseca, 2018). Em meio ao cenário que se configurou no Brasil, o poder médico-higiênico foi fortalecido social e politicamente. Logo, nas primeiras décadas do século XX, surgiram mobilizações em prol do saneamento, conhecidas como Movimento Sanitarista (Hochman, 2012) ou Movimento Higienista (Soares, 1990).

Diferente do Higienismo europeu, que centralizava suas ações nos espaços urbanos e industriais (Gois Junior, 2003), no Brasil a intelectualidade higienista esteve também preocupada com o interior brasileiro. Para Fonseca (2018), as expedições científicas empreendidas em diferentes partes do território nacional, pouco ou nada conhecidas, fizeram emergir um quadro das condições precárias de higiene dos sertões brasileiros. Hochman (2012) e Castro Santos (1985) destacam que, entre as expedições, foi muito repercutida a viagem realizada por Arthur Neiva^{vii} e Belisário Pena, em 1912. Ela se estabeleceu como um dos acontecimentos de forte influência para que o interior do país tivesse destaque no olhar higienista (Hochman, 2012; 1998; Lima & Hochman, 1996; Castro Santos, 1985).

A convite do médico Oswaldo Cruz^{viii}, Neiva e Pena lideraram uma viagem científica pelos estados da Bahia, do Piauí, de Goiás e de Pernambuco, investigando a fauna, a flora, questões sanitárias, entre outros, em regiões pouco exploradas pelos naturalistas. Essa expedição resultou na publicação de um relatório em 1916, que ganhou grande repercussão social e política, e possibilitou a impulsão de debates e de reformas a favor da interiorização do higienismo no Brasil (Fonseca, 2018).

Por meio do relatório, foi construída uma imagem de atraso dos habitantes nas regiões percorridas, sendo característicos os hábitos e os costumes rudimentares que eram cultivados, assim como o seu estado higiênico. Neiva e Pena (1916) relataram que o meio em que viviam os sertanejos comportava parasitas que eram favorecidos pela situação de miséria sanitária, perpetuavam doenças e fragilizavam os indivíduos.

Além de condições habitacionais precárias que decorriam da miséria e do abandono, os hábitos higiênicos dos sertanejos foram apontados como parte dos males que contribuía para a propagação de doenças. Como podemos observar durante a visita em uma habitação, no sertão do Piauí:

A *Musca domestica*, inseto cosmopolita, incriminada de ser disseminadora de varias enfermidades, encontra condições incomparáveis de proliferação nas caatingas pois os referidos chiqueiros servem de excelentes criadouros. Dentro das casas o numero deste diptero é por vezes verdadeiramente incrível e em uma casa do lugar chamado Barrinha, municipio de S. Raymundo Nonato, a abundancia atinjiu a proporções inverosímeis, jamais por nós observadas; o requeijão, cuja fabricação é feita sem a menor proteção, constitue a principal fonte de alimentação das moscas. (Neiva & Pena, 1916, p. 111).

Observa-se que, por mais que as moscas sejam as propagadoras das doenças, o que ganha destaque no relato é a precariedade dos hábitos higiênicos e de cuidado dos animais, bem como a organização sanitária da habitação, que favoreciam a proliferação de insetos. Igualmente, Neiva e Pena (1916) ressaltam, em diferentes momentos do relatório, que os brasileiros no interior do país conservavam hábitos e costumes corporais e de cuidado das habitações que beneficiavam a perpetuação de doenças e parasitas presentes na natureza. Hábitos como a conservação de alimentos, a preparação da “carne de vento” ou “do sertão”, a não utilização de calçados e o pouco asseio corporal, são apontados no relatório como um fator para a precariedade física encontrada nos sertões (Neiva & Pena, 1916).

Assim, ao realizar uma caracterização ampla dos sertanejos e do meio em que estavam inseridos, o relatório de Arthur Neiva e Belisário Pena serviu como um verdadeiro exame médico do país. Nele, são identificados os problemas sociais da população no interior e observados os sintomas decorrentes da falta de higiene. Como resultado, produziu-se um diagnóstico sanitário que poderia ser generalizado para todos os rincões brasileiros (Neiva & Pena, 1916). Esse resultado foi divulgado na imprensa como a *redescoberta* do Brasil, chamando a atenção das elites intelectuais e políticas para o interior e para a emergência de sua reabilitação, em favor do progresso nacional (Lima & Hochman, 1996; Santos, 2012).

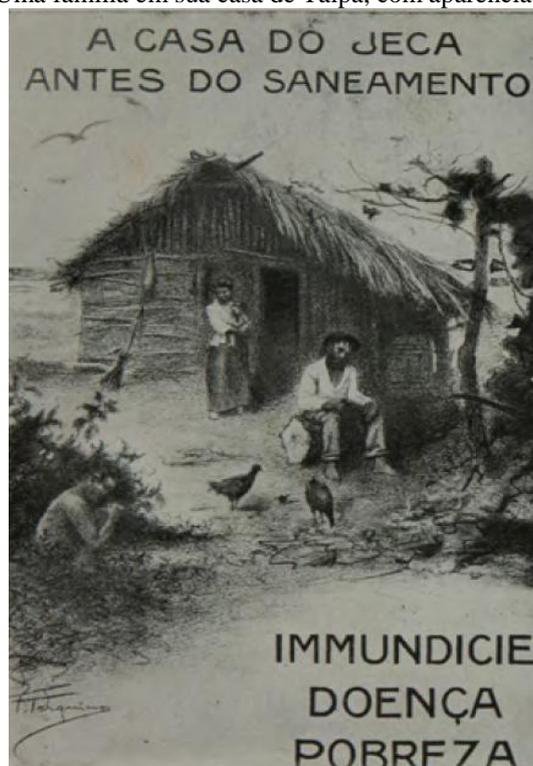
Enquanto Arthur Neiva retornou ao laboratório, Belisário Pena investiu em uma viagem similar pelos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no ano de 1913, e, a partir de 1916, colocou em circulação inúmeros textos pelo jornal *Correio da Manhã*. Para Santos (2012), o contato com a precariedade dos habitantes nos sertões brasileiros fez com que Belisário Pena se tornasse um pregador incansável de um projeto de educação higiênica contra os problemas nacionais.

No ano de 1918, Belisário Pena investiu na mobilização de uma campanha sanitária voltada para os espaços interioranos. Essa campanha é marcada pela publicação do livro *Saneamento do Brasil*. A obra reúne uma coletânea de textos – oriundos das viagens científicas de Belisário Pena – colocados em circulação pelo jornal *Correio da Manhã*, em

1916, onde foram feitas as primeiras manifestações pela campanha de saneamento (Santos, 2012). Ela foi organizada em duas partes, de forma a sugerir uma “reconstrução sanitária” do Brasil: na primeira parte, intitulada *Demolição*, foram reunidos textos publicados no *Correio da Manhã*, em que Pena expunha a precariedade sanitária como o grande problema nacional; já na segunda, intitulada *Reconstrução*, o autor expõe diferentes doenças que assolam o país, seus agentes transmissores e os ambientes disgênicos que favoreciam as proliferações de doenças, além de elaborar um plano para o saneamento rural e a defesa sanitária do Brasil (Pena, 1923).

A publicação alcançou ampla repercussão no país e efervesceu as mobilizações políticas pela sanitização do interior (Fonseca, 2018; Hochman, 2012; Castro Santos, 1985), caracterizando o Movimento Sanitário. Por meio da obra o higienista expressou, de forma explícita, seus interesses na mobilização da mocidade e dos agricultores pela defesa do saneamento dos sertões brasileiros (Pena, 1923).

Figura 1 – Caracterização das habitações e de habitantes rurais que foram veiculadas nas páginas do *Saneamento do Brasil*, 1923. Uma família em sua casa de Taipa, com aparência triste e adoentada.



Fonte: Pena (1923).

Na publicação da obra em 1918, Belisário Pena constrói um retrato dos sertões brasileiros e propõe um projeto sanitário de recuperação nacional, tendo a higiene — munida

de seus preceitos racionais e científicos — como norteadora do progresso. Utilizando-a como ferramenta educacional e sanitária, por meio da saúde pública, ele declara que seria possível elevar os brasileiros no interior do país e, junto consigo, a pátria, já que “sem saúde nada prospera: nem o indivíduo, nem a família, nem a sociedade” (Pena, 1923, p. 150).

Sendo assim, as mobilizações feitas por Belisário Pena em favor da campanha de saneamento dos sertões caracterizaram um quadro higiênico do interior do país, tendo a higiene como solução para os problemas nacionais (Figura 2). Essa caracterização se deu a partir de suas expedições científicas nos sertões brasileiros, e reorientou as pretensões higienistas no país. Em posse de ideias messiânicas propondo remédios para os problemas dos sertões e para a salvação nacional, o discurso pela higienização do interior passa a participar das discussões sobre o progresso nacional, evidenciando os espaços rurais e de produção agrícola.

Figura 2 – Caracterização do estado físico dos trabalhadores das lavouras brasileiras (à direita), e os resultados que poderiam ser obtidos com o cuidado higiênico (à esquerda), veiculado nas páginas do *Saneamento do Brasil*, 1923. A ilustração visa a conscientização dos patrões quanto aos benefícios obtidos no cuidado da saúde dos trabalhadores.



Fonte: Pena (1923).

Estreitamento dos laços entre o higienismo e os espaços rurais brasileiros

A publicação da obra *O saneamento do Brasil*, de Belisário Pena, se deu em meio aos debates em circulação no país, e buscou reforçar a caracterização de precariedade física dos rurais brasileiros para justificar as intervenções higienistas nesses espaços. Essa emergência dos pressupostos higiênicos e sanitários nos espaços rurais ocorreram desde meados da década de 1910, a partir das investidas de Belisário Pena em seu projeto de higienização nacional (Santos, 2012), e se ancorou em produções literárias e políticas de notabilidade na época.

Em face da expedição Neiva-Pena, novas viagens científicas foram realizadas no interior do país, o que provocou uma mobilização de intelectuais na construção de uma identidade nacional próxima à higiene. Para Lima e Hochman (1996), à medida que se investigava o interior do país, era produzido um diagnóstico sanitário pelos higienistas que contrastava com as representações construídas pela literatura nacional e as tensionava. Como os autores afirmam:

A descoberta da tripanossomíase americana e de suas graves formas clínicas — problemas cardíacos, neurológicos e deformações físicas — traziam uma imagem sobre as populações do interior distinta da idealizada pela literatura romântica. Somada a outras doenças endêmicas, conformava um quadro em que era impossível apostar na vitalidade do caboclo. (Lima & Hochman, 1996, p. 25).

As investigações médicas no interior passaram a desvelar a imagem de um Brasil pouco conhecido entre os ciclos intelectuais das metrópoles e que se distanciava daquela veiculada pela literatura romântica, composta por sertanejos fortes e robustos. Para os higienistas, só existiria um Brasil real, que era o revelado por eles, composto por uma população fraca, ignorante e doente.

O termo “sertão”, explorado na literatura brasileira, era tomado pelos higienistas como metáfora do Brasil, já que, em um país de vasto território e pouco explorado, com população rural de 85% (em 1920), pouca diferença existia em termos sanitários (Castro-Santos & Figueiredo, 2012). As diferenças regionais existiam, contudo todos os estados comungavam dos mesmos problemas: as doenças, os vícios e o analfabetismo. Nesse sentido, fazia-se conveniente pensar o interior brasileiro a partir de uma definição estabelecida pela literatura, tomando-a por uma ótica científicista. Sua utilização, portanto, foi ampliada pelo médico Afrânio Peixoto (1876-1947)^{ix}, definindo-a a partir de fronteiras imaginárias.

Num discurso de grande repercussão feito por Afrânio Peixoto no ano de 1918, em homenagem a Miguel Pereira, ele afirma que os sertões começavam no fim da Avenida Central, sendo ela um marco das reformas urbanas no Rio de Janeiro. Fazendo eco a outros higienistas, Afrânio Peixoto utilizava critérios médicos, sociais e políticos, para sinalizar a redefinição de uma fronteira entre os sertões e o litoral (ou o rural e o urbano). Para além de um limite geográfico, o que delimitaria a fronteira dos sertões era a presença de doenças endêmicas e a ausência da autoridade pública (Lima & Hochman, 2000; Hochman, 1998). Murari (2009) atribui a essa fala a ampliação extrema alcançada pela palavra “sertões”, que, em oposição ao “civilizado”, passou a definir como “atraso” tudo aquilo que caracterizava as periferias urbanas, o meio rural e as regiões ainda selvagens.

Com isso, os higienistas passaram a ampliar a definição anteriormente estabelecida pela literatura brasileira, que passa a atender ao apelo de Belisário Pena pelo saneamento dos sertões. Antes, contudo, a aproximação entre os debates higienistas e a literatura teve contribuições de Monteiro Lobato. O escritor foi influente no pensamento social da época e sofreu influências dos achados divulgados por Belisário Pena, contribuindo para a contraposição das representações românticas dos sertanejos (Murari, 2009; Pena, 1923).

Em virtude da publicação de *Problema Vital*, em 1918, Monteiro Lobato se tornou uma das principais expressões do movimento sanitarista brasileiro. Sua contribuição central estava na imagem do Jeca Tatu, que reservava um conjunto de críticas do escritor aos caboclos da região Sudeste do país, motivadas pelos conflitos experienciados nas fazendas de café de sua família – e que foram herdadas por ele – no vale do rio Paraíba, em São Paulo (Korndörfer, 2018). O personagem foi criado pela primeira vez em 1914, no livro *Urupês*, e aparecia fragilizado por uma imagem eugênica^x. No entanto, a partir das influências de Belisário Pena^{xi}, seu personagem reaparece quatro anos depois caracterizado por uma imagem higiênica, que passa a ser adotada pelos higienistas brasileiros (Korndörfer, 2018).

Conforme Lobato (1956) demonstra, o Jeca Tatu vivia abandonado em uma casa de sapé com sua mulher “magra” e “feia”, e dois filhos “pálidos” e “tristes”. Indolente, ele resistia ao trabalho para viver em precárias condições e se entregava ao vício do álcool, sem saber que tudo isso era decorrente das doenças que se beneficiavam da falta de hábitos higiênicos. Após ser examinado e instruído por um médico, o Jeca Tatu se regenerou e passou a se beneficiar da terra para se alimentar e produzir riquezas. Tornou-se, assim, saudável, moderno e um novo indivíduo, que compartilhava seus hábitos higiênicos com os outros

caboclos do campo. Por conseguinte, ele se tornou um grande empreendedor rural e americanizado (Lobato, 1956).

Ao demarcar a instrução higiênica como meio de se combater as doenças e vícios, e, conseqüentemente, como instrumento para a formação de um vigor físico para o trabalho agrícola, Monteiro Lobato assume uma retórica higienista direcionada ao campo. Essa retórica colocava a higiene como remédio para o atraso dos sujeitos rurais e convoca os leitores a também se higienizar. Murari (2009) afirma que, além de suas contribuições para circulação dos pressupostos higienistas no Brasil, Lobato consolida, junto à imagem do Jeca Tatu, um retrato do sertanejo abatido, indolente e ocioso.

Conforme Murari (2009), a imagem negativa do sertanejo já era retratada na literatura brasileira desde finais do século XIX. Ela chegou a receber contribuições de Valentim Magalhães (1859-1909) e Lima Barreto (1881-1922), contudo, foi somente a partir da figura do Jeca Tatu que a atribuição de atraso rural se consolida na literatura nacional. A imagem literária buscou respaldos nos discursos médico-higiênicos em voga para retratar uma figura doente em oposição aos “valentes sertanejos” (Murari, 2009; Lima & Hochman, 2000). Com isso, o personagem de Lobato passou a ser veiculado por meio de almanaques de farmácia, associado ao produto Biotônico Fontura, e foi reinterpretado na forma de história em quadrinhos, comercializada como livretos (Figura 3).

Figura 3 – Jéca Tatuzinho. Edição especial do Instituto ‘Medicamenta’ Fontura Serpe & Cia., São Paulo, Fontura & Serpe, 1925, p. 15 (ilustração de Wiese). Caracterização de uma passagem em Lobato (1956, p. 333) em que o médico prova ao Jeca a existência de pequenos organismos causadores da ancilostomíase por meio de uma lente.



Fonte: Gomes (2006).

Apesar da virada no olhar de Monteiro Lobato e de um apelo para que os fazendeiros promovessem melhorias sanitárias aos caboclos, conservou-se uma visão negativa dos habitantes do campo brasileiro. Tal fato provocou manifestações contrárias, como a de um jornal de pequena circulação da cidade de Iguapé, em São Paulo.

Em resposta a um artigo de Lobato, publicado em *O Estado de S. Paulo*, um jornalista de Iguapé repudiou o escritor por atribuir à população da cidade uma imagem de indolência e atraso, que nada mais era que “os excessos de seus conceitos apaixonados, a sua crítica parcial, desonesta e inverosímil” (*Monteiro Lobato* (s.d.) como citado em Lobato, 1956, p. 311). O texto foi replicado por Lobato como nota de um capítulo, e, em resposta à manifestação do jornalista, o escritor afirmou ser aquele sujeito um exemplo de como reage um doente com seu cérebro afetado pela verminose (Lobato, 1956).

Assim, podemos perceber que a imagem atribuída ao Jeca Tatu encontrava desgostos entre aqueles que eram taxados por ela. Todavia, essa representação se consolidou entre grupos literários da época e serviu aos propósitos higienistas. Ela permitiria a incorporação de uma imagem debilitada dos sertanejos nas representações dos sertões, colocando-os como doentes que deveriam ser salvos pela higiene moderna.

A celeridade alcançada pelo personagem Jeca Tatu em 1918, que consolidou uma representação negativa dos sertanejos na literatura, alimentou a circulação dos discursos veiculados pelo livro *Saneamento do Brasil*. Ao mesmo tempo, Belisário Pena, dando subsídios para a representação literária de Monteiro Lobato, adentrava na crítica às representações fantasiosas da literatura romântica, ecoando a imagem de precariedade física dos sertanejos. Pena (1923, p. 26) faz um apelo para

...colaboração de todos aqueles que não se deixam mais illudir pelas fantasias e devaneios mentirosos de romancistas e poetas, descrevendo os nossos sertões como pedaços da terra da promessa, onde reinam a fartura, a saúde, e a alegria, quando ao contrario são elles em geral, a séde da miséria, da doença, da tristeza e do aniquilamento physico e moral do homem.... (Pena, 1923, p. 26).

A denúncia de Belisário Pena alimentava uma crítica à perspectiva romântica da literatura regional brasileira, que acreditava estarem conservados, na força dos sertanejos, os elementos para a construção de uma identidade nacional (Murari, 2009). Inversamente às fabulações românticas, suas constatações demonstravam um interior tomado pelo analfabetismo e por doenças, que degeneravam os sujeitos e os incapacitava de usufruir da

natureza circundante. Ora, ao contrário da força e da robustez, era a doença que se destacava como elemento distintivo do “ser brasileiro” (Pena, 1932).

Para caracterizar a realidade tida pelos higienistas, Pena utilizou de suas observações feitas nas expedições científicas. Foram retomadas anotações da expedição Neiva-Pena como forma de demonstrar o estado de degeneração em que os sertanejos se encontravam, caracterizando-os de forma vexatória. Conforme descreveu, “núcleos de populações desde 60 a 300 indivíduos, na sua maioria idiotas, cretinizados, ou aleijados ou paralyticos, percorremos nós, onde difficilmente se deparava um semi-idiotia capaz de dar algumas ligeiras informações” (Pena, 1923, p. 29). Tal miséria física e educacional se combinava com os “inumeros logarejos onde 100% dos habitantes estavam atacados pelo terrivel flagelo [doença de chagas] nas suas modalidades mais graves” (Pena, 1923, p. 29).

Uma outra ancoragem estabelecida por Belisário Pena para a interiorização dos pressupostos higienistas foi com as ideias do proeminente ruralista Alberto Torres, um ator expressivo no pensamento social brasileiro, empenhado na defesa do trabalho agrícola e da educação dos rurais. Conforme Góis Junior (2014), o intelectual influenciou e foi influenciado pelos higienistas. Entre as suas contribuições para o pensamento médico-higiênico no Brasil, estão a publicação das obras *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, em 1914, além de *As fontes de vida no Brasil*, em 1915.

Nas duas primeiras obras — que se configuram como as principais do autor —, Alberto Torres se dedicou a pensar o reordenamento do Estado brasileiro. Em *A organização nacional* estava contida sua proposta central de uma revisão constitucional, enquanto em *O problema nacional brasileiro*, o autor demonstrava a falta de um ordenamento adequado na condução dos problemas reais do país, colocando em destaque sua revisão constitucional (Bariani, 2007). A proposta de revisão do ruralista foi repercutida positivamente por Belisário Pena, que denunciou que em um país de regime político falho como o Brasil, “elle [Alberto Torres] prega no deserto, e muito pouca gente o lê” (Pena, 1923, p. 131). Caso fosse em um país “medianamente culto, seria um <<leader>> da politica geral; a sua palavra um oraculo; as suas idéias e principios, scientificamente fundamentados em factos, em observações documentadas e argumentação logica, seriam discutidos e aproveitados” (Pena, 1923, p. 131).

Alberto Torres se revelava um crítico do cenário político na época, em que as grandes metrópoles eram assistidas pelos governos simulando um falso progresso pelos luxos e espetáculos, enquanto o verdadeiro Brasil, no interior, encontrava-se abandonado (Torres;

1982; 1933). Esse cenário se refletia na fraqueza física dos brasileiros, cujas três principais causas eram: 1) a falta de estudos do clima e das condições de vida nele favoráveis; 2) a escassez e a improbidade dos alimentos; e 3) as causas econômicas, sociais e pedagógicas, relativas à prosperidade e à educação (Torres, 1933).

Identificados os problemas vitais do Brasil, a visada de uma construção nacional deveria passar pela organização do trabalho agrícola e das condições de vida dos trabalhadores, já que “todos os esforços da hygiene e todas as reformas sanitarias serão luxos profissionaes, ou simples desvios, na focalização dos factos reaes, mal atacando as molestias e nunca extinguindo as predisposições morbidas...” (Torres, 1933, p. 177-178).

Mais do que um *locus* que precisava ser higienizado, nos espaços rurais estariam as bases a serem investidas e reguladas pelo governo para o fortalecimento da pátria: a terra e o homem. Assim, Alberto Torres se demonstrava favorável aos debates higienistas que viam as práticas de saúde como elemento importante na organização nacional, e não apenas no combate das doenças. Os pressupostos higienistas deveriam caminhar junto a uma educação rural visando à adaptação do homem ao solo e ao desenvolvimento do amor pela terra.

Suas ideias deram subsídios para a ruralização do ensino no Brasil e para a veiculação de práticas moralizantes e higiênicas no interior (Tavares, 2014; Totti & Machado, 2013). Já sua proposta de intervenção do Estado na regulação da vida social encontrou afinidade com os embates políticos travados pelos higienistas nas décadas de 1910 e 1920, em defesa de um Estado centralizado (Góis Junior, 2014).

Os higienistas defendiam a necessidade de um poder único na regulamentação das ações de saúde, tirando seus encargos dos estados e municípios. Para Pena (1923), uma vez que a miséria no interior não permitiria sequer as condições básicas para que os indivíduos mantivessem um bom vigor físico, caberia ao governo central intervir nos estados para o combate das doenças e dos vícios, além da promoção de educação e instrução higiênica para toda população. Os espaços rurais que estavam abandonados, na visão de Alberto Torres, poderiam, então, ser assistidos pelo Estado nacional.

Para favorecer o projeto de centralização dos serviços de saúde para uma guinada ao interior, os higienistas buscaram promover uma mobilização social angariando o apoio da população e das classes letradas nas metrópoles. Demonstrava-se a importância da coordenação do Poder Público para a produção de uma profilaxia rural duradoura e os

benefícios dessa reforma para a conservação da saúde nas capitais e para o progresso nacional (Hochman, 2012).

Os grandes centros urbanos eram espaços investidos pelos higienistas desde o início do século e se tornaram propícios à defesa do projeto sanitário. Neles, a imprensa promoveu a circulação de imagens sobre o interior e os sujeitos rurais, na tentativa de convencimento dos habitantes urbanos, suas comunidades científicas e classe política (Fonseca, 2018).

Notadamente, houve também a tentativa de formar um apoio mais incisivo e com influência política por meio da criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, que buscava promover a educação higiênica no país. Ela foi mobilizada e fundada por Belisário Pena em 1918 – tendo o próprio como presidente –, sendo a fundação da Liga, segundo Pena (1923), um resultado da publicação de seu livro. Por meio da criação da Liga Pró-Saneamento, o higienista pôde congrega diversos intelectuais, profissionais liberais e políticos atuantes no cenário nacional, além de vários representantes estaduais, que divulgavam, de alguma forma, as concepções e as propostas gerais do movimento. Entre eles, participava o presidente da República Wenceslau Brás (1914-1918), que, em meio aos impactos da gripe espanhola e ao temor do retorno da febre amarela aos portos, permitiu a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918 (Hochman, 2012; 1998; Britto, 1995).

Com a atuação da Liga Pró-Saneamento, foi realizada uma ampla investida educativa no saneamento dos sertões, acompanhada de uma mobilização social em prol das reformas sanitárias. Segundo Hochman (1998, [s/p]), Belisário Pena realizou um balanço das atividades da liga indicando que, entre 1918 e 1920,

[...] teriam sido distribuídos vinte mil exemplares do panfleto *Opilação ou amarelão* (outros nomes para a ancilostomíase), entre outros folhetos educativos; proferidas ‘mais de uma centena de palestras e preleções de higiene’ em escolas, quartéis, praças públicas etc.; publicados ‘mais de cem artigos em revistas e jornais diários’; além de ter sido prestado auxílio a lavradores no campo da higiene, incluindo serviços profissionais gratuitos a fazendas. Sem contar as próprias atividades profissionais e institucionais dos membros da campanha como médicos, professores e funcionários públicos que eram consideradas intrínsecas ao movimento.

Apesar da ampla investida, o projeto político de centralização do poder para gestão das reformas sanitárias, defendido por Pena (1923), encontrou impedimentos constitucionais e políticos^{xii}. O projeto dos higienistas foi substituído pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)^{xiii}, e da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural — estando subordinada ao primeiro. Apesar da reforma na saúde pública não ter sido como os higienistas desejavam,

ela permitiu a penetração do Governo Federal no interior dos estados por meio de adesão voluntária, alcançando uma parcela significativa da União, além de impulsionar a criação de políticas destinadas à profilaxia dos espaços rurais (Hochman, 2012).

Dessa forma, as pretensões políticas encabeçadas por Belisário Pena, e que pautaram as discussões higienistas em prol do saneamento dos sertões, não foram concretizadas em sua completude. No entanto, a mobilização produzida possibilitou a energização dos discursos higienistas, trazendo seu enfoque para os espaços rurais e agrícolas, e permitiu a articulação com intelectuais que participavam dos debates acerca das condições de vida naqueles espaços, ecoando seus discursos.

Considerações finais

A década de 1910 foi marcada pela intensificação dos debates higienistas visando o interior do país, antes centrado nos centros urbanos. Em meio a esse processo, foram preponderantes as contribuições de Belisário Pena que, a partir de suas expedições, caracterizou um quando sanitário precário presente nos sertões brasileiros e o colocou em circulação junto a um apelo messiânico pela higiene.

A campanha alimentada por Belisário Pena, além de articular os pressupostos higienistas aos problemas das regiões suburbanas, das pequenas cidades e vilas, e dos espaços rurais, estabeleceu relações com intelectuais que refletiam sobre as condições de vida no interior. Assim, campanha sanitária estabeleceu influências sobre Monteiro Lobato, o que fortaleceu a emergência do espaço rural no discurso higienista. A caracterização de atraso e de doença dos rurais, por meio do personagem Jeca Tatu, retratava a situação sanitária dos sertões e ecoava discursos acerca da higiene enquanto um remédio para a recuperação dos caboclos. Ao mesmo tempo, foi estabelecido ligações com as ideias de Alberto Torres, enfatizando sua proposta de reorganização nacional a partir do campo agrícola brasileiro, com destaque para a higiene, de forma a trazer contribuições para o trabalho agrícola. Além disso, as ideias do ruralista para reforçavam a centralização do estado nas ações de saúde.

Desta forma, o discurso veiculado por Belisário Pena forneceu ao debate higienista um apelo à higiene na recuperação dos trabalhadores agrícolas. Ele colocou em destaque as doenças e a precariedade física nos espaços rurais, atribuídas como causa da imobilização nacional. O intuito de seu discurso estava em impulsionar a economia e o crescimento nacional a partir do interior do país, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela garantia da

higiene. Nesse sentido, sugerimos o investimento em novas pesquisas que articulem os discursos higienistas com as condições objetivas, os interesses e os costumes dos sujeitos rurais, expondo as discontinuidades entre a realidade no campo e a radicada nos higienistas.

Referências

Albuquerque Júnior, D. M. (2021). A dimensão retórica da historiografia. In Pinsky, C. B., & Luca, T. R. (Orgs.). *O Historiador e suas fontes* (pp. 223-249). Contexto.

Bariani, E. (2007). O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Caderno Crh*, 20(49), 161-167. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792007000100013>

Benchimol, J. (2003). Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In Ferreira, J., & Delgado, L. de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente - da proclamação da república à revolução de 1930* (pp. 231-286). Civilização Brasileira.

Britto, N. (1995). A construção de uma força social: a organização do movimento sanitaria. In Britto, N. (Org.). *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira* (s./p). Fiocruz.

Candido, A. (2000). *Literatura e sociedade*. (8ª ed.). Publifolha.

Castro-Santos, L. A., & Figueiredo, R. É. D. de. (2012). Belisário Pena, Combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. *Saúde Soc.*, 21(4), 848-857. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902012000400005>

Castro Santos, L. A. (1985). O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 28(2), 193-210.

Cruz, D. L. T., & Ramírez, T. A. (2010). El uso de la lectura y la escritura como estrategia para enseñar la higiene en la escuela colombiana de los albores del siglo XX. *Revista Historia de La Educación Latinoamericana*, (15), 271-298. <http://dx.doi.org/10.19053/01227238.1573>

Dogliotti, P. (2012). Educación del cuerpo, higiene y gimnástica en la conformación de la educación física escolar en el Uruguay (1874-1923). *Historia de La Educación - Anuario*, 13(2), 1-21. <http://dx.doi.org/10.35537/10915/73914>

Ferreira, L. O. (2001). Uma interpretação higienista do Brasil. In Heizer, A., & Videira, A. A. P. (Orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos* (pp. 207-224). Acess Editora.

Góis Junior, E. (2014). Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1445-1457. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902014000400026>

Gois Junior, E., & Garcia, A. B. (2011). A eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). *Revista da Educação Física/UEM*, 22(2), 247-254. <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v22i2.9908>

Gois Junior, E. (2003) *O Século da Higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)* (Tese de Doutorado). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Gondra, J. G. (2018). Afranio Peixoto, perícia médica e a fabricação do corpo múltiplo no Brasil. *Cadernos Cedes*, 38(104), 7-20. <http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622018177471>

Gondra, J. G. (2003). Homo higienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos Cedes*, 23(59), 25-38. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622003000100003>

Hochman, G. (2012). *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil* (3a ed.). Hucitec.

Hochman, G. (1998). Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da primeira república. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 5(suppl).

Jubé, C. N. (2017). *Educação, educação física e natureza na obra de Georges Hébert e sua recepção no Brasil (1915-1945)* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Korndörfer, A. P. (2018). Jeca Tatu, um ilustre opilado: o Movimento Sanitarista e o combate à aniclostomíase na obra de Monteiro Lobato (Brasil, décadas de 1910-1920). *Revista História: Debates e Tendências*, 18(3), 436-448. <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.18n.3.8599>

Lima, N. T., & Hochman, G. (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da primeira república. In Maio, M. C., & Santos, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade* (pp. 23-40). Fiocruz.

Lima, N. T., & Hochman, G. (2000). Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 313-332. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000200007>

Lobato, M. (1956). *Problema Vital*. In Lobato, M. (Org.). *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital* (7ª ed.). Editora Brasiliense.

Lobato, M. (2007). *Urupês*. São Paulo, SP: Editora Globo.

Mayboroda, F. G., & Grazziotin, L. S. S. (2019). A política pública dos jardins de recreio como espaço civilizador no contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950). *História da Educação*, 23, 1-27.

Moreno, A., & Vago, T. M. (2011). Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). *Pro-Posições*, 22(3), 67-80. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072011000300006>

- Murari, L. (2009). *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. Alameda.
- Narciso, A. J. A. (2016). *A Medicina vai à Escola: ideias e práticas de saúde nos grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais (1906-1929)* (Dissertação de Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz.
- Neiva, A., & Pena, B. (1916). Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiaz. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 8, 74-224. <http://dx.doi.org/10.1590/s0074-02761916000300001>
- Pena, B. (1923). *Saneamento do Brasil: sanear o Brasil é povoá-lo; é enriquecê-lo; é moralisá-lo-o* (2a ed.). Jacintho Ribeiro dos Santos.
- Pinto, R. T. (2018). *Em Defesa da Raça: práticas discursivas e estratégias no campo da Medicina Social em Porto Alegre (1920-1945)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Pizolati, A. R. C., & Alves, A. (2019). Os debates sobre educação moral, caráter e conduta do indivíduo nas primeiras décadas do século XX e seus reflexos na atualidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 100(256), 651-674. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i256.4161>
- Rocha, H. H. P. (2003). Educação escolar e higienização da infância. *Caderno CEDES*, 23(59), 39-56.
- Salas-Huetos, A., Huetos-Solano, M. D., & Salas-Salvadó, J. (2019) Alexandre Frias i Roig: puericultor, médico y divulgador. luchador incansable en favor de la lactancia materna y de la infancia. *Nutrición Hospitalaria*, 36(4), 981-987. <http://dx.doi.org/10.20960/nh.02589>
- Santos, L. V. (2019). *“A escola que produz saúde”*: os serviços de assistência médico-escolar no Brasil e na Colômbia (1920-1938) (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
- Santos, R. A. (2012). O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*, 32(1), 45-68. <http://dx.doi.org/10.4321/s0211-95362012000100003>
- Soares, C. L. (1990). *O pensamento médico-higienista e a educação física no Brasil: 1850-1930* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Soares, C. L. (2016). Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In Soares, C. L. (Org.). *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana* (pp. 9-46). Autores Associados.
- Tavares, M. A. (2014). Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. *Educar em Revista*, (54), 141-158. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.38206>

Torres, A. (1982). *A organização nacional* (4ª ed.). Companhia Editora Nacional.

Torres, A. (1933). *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional* (3ª ed.). Companhia Editora Nacional.

Totti, M. A., & Machado, V. (2013). O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. *Revista de Ciências da Educação*, (29), 100-122. <http://dx.doi.org/10.19091/reced.v1i29.290>

ⁱ Gondra (2003) sustenta a hipótese de que os médico-higienistas incidiram no objetivo comum de produzir sujeitos “higiênicos, higienizados e higienizadores”, ou seja, uma dimensão educativa das práticas médicas em formar sujeitos limpos, atuantes na sua higiene e na higiene do outro. Havia uma falsa utopia em forjar uma nova espécie, o *Homo hygienicus*, que foi fundado na base do projeto higienista (Gondra, 2003).

ⁱⁱ José Bento Monteiro Lobato foi um bacharel e escritor natural de Taubaté/SP, que se dedicou a realizar produções literárias, em especial voltadas à literatura infantil. Na década de 1910, ele veio a ganhar visibilidade a partir de publicação de artigos no *O Estado de São Paulo* e na *Revista do Brasil* (Kondörfer, 2018).

ⁱⁱⁱ Alberto de Seixas Martins Torres formou-se em Direito, e atuou como deputado estadual, federal e presidente do estado do Rio de Janeiro, na Primeira República. Como intelectual e político, manteve-se preocupado com a saúde pública e com a organização social do Brasil (Góis Junior, 2014).

^{iv} Num primeiro momento as preocupações higienistas se detiveram nas regiões litorâneas e nos portos do país, sendo as ações que desencadearam a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, um de seus marcos. Já a notabilidade dos sertões somente ocorreu com as expedições rumo ao interior brasileiro (Hochman, 2012).

^v Quanto às inserções feitas da primeira para a segunda edição: uma introdução para a nova edição – em que são relatadas mudanças ocorridas na política sanitária do país –, considerações e comentários na primeira parte do livro. Na segunda parte, foram feitas modificações estruturais, atualização dos dados e inserção de gravuras.

^{vi} A função das obras analisadas é iniciada pelo investimento em diferentes formas de circulação dos textos. Parte do conteúdo foi anteriormente veiculado em revistas de grande circulação e, posteriormente, foi compilado nas obras: Pena (1923) reuniu no primeiro capítulo artigos publicados no *Correio da Manhã*, em 1916; Lobato (1956) publicou, integralmente, um compilado de artigos publicados em *O Estado de S. Paulo*, em 1918; Torres (1933) compilou artigos publicados no *Jornal do Commercio*, em 1912; e, por fim, outra obra de Torres (1982) reuniu, em sua primeira parte, artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, em 1910 e 1911.

^{vii} Artur Neiva (1880-1943) foi um médico atuante no sanitário brasileiro. Na companhia de Pena, Neiva liderou a expedição de 1912 e a liga Pró-Saneamento do Brasil. Após a publicação da expedição, ele se afastou da “linha de frente” do Movimento Sanitarista para retomar suas atividades em laboratório (Castro Santos, 1985).

^{viii} Oswaldo Cruz (1872-1917) foi um higienista de notabilidade no movimento, que passou pelo Instituto Pasteur, na França, e dirigiu o Instituto Sorológico Federal, em 1902. Como diretor da Saúde Pública do Distrito Federal, ele empreendeu campanhas autoritárias de limpeza urbana e vacinação (Pinto; 2018; Benchimol, 2003).

^{ix} Afrânio Peixoto foi um médico baiano, autointitulado continuador dos legados do médico eugenista Nina Rodrigues, e que atuou como professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).

^x O posicionamento eugênico de Lobato ficou assinalado pela publicação do artigo *Velha Praga*, em *O Estado de S. Paulo*. Nele, o Jeca Tatu retratado como condenado por uma condição indolente, preguiçosa e ignorante. Em sua crítica literária, afirmava: “pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade” (Lobato, 2007, p. 170).

^{xi} Pena (1923, p. 10) comenta as influências da primeira edição de sua obra sobre a publicação do livro *Problema Vital*, de Monteiro Lobato, e reforça que a publicação daquela obra “destacou de modo brilhante a personalidade combativa do notável escritor patricio [Monteiro Lobato]”.

^{xii} Os higienistas produziram inúmeras críticas à adoção do federalismo na Carta Constitucional de 1891, que organizava o sistema de república adotado. Os intelectuais contestaram a autonomia conferida a estados e municípios na gestão das políticas de cuidado à saúde, impedindo sua coordenação nacional (Lima & Hochman, 1996).

^{xiii} O DNSP foi criado pelo Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, que reorganizou os serviços de saúde pública no país. Seu funcionamento se dá com a publicação do Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 13/07/2022
Aprovado em: 26/08/2023
Publicado em: 21/10/2023

Received on July 13th, 2022
Accepted on August 26th, 2023
Published on October, 21th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Esse trabalho recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – bolsa e projeto APQ-02013-18.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Milagres, P. de O., & Baía, A. C. (2023). A sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14659. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14659>

ABNT

MILAGRES, P. M.; BAÍA, A. C. A sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 8, e14659, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14659>